

Inclusão E Diferença Na Escola: Por Uma Educação Intercultural

Inclusion And Difference In School: Towards An Intercultural Education

Deyvid Tenner de Souza Rizzo

Doutorando em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal da Grande Dourados
Professor da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã
E-mail: deyvidrizzo1@gmail.com

Warley Carlos de Souza

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo
Professor na Universidade Federal do Mato Grosso
E-mail: warleysouz@ufgd.edu.br

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo

Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Católica Dom Bosco
Graduação em Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: jake.librasufgd@gmail.com

Endereço: Deyvid Tenner de Souza Rizzo

Faculdades Magsul - Av. Pres. Vargas, 725 - Centro,
Ponta Porã - MS, 79900-000.

Endereço: Warley Carlos de Souza

Rodovia MT 100 km 3.5 Pontal do Araguaia Cep
78698.000

Endereço: Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo

Endereço: Rua Corredor Público 21, n°765 –
Bonanza – Dourados/MS, 79816-052.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 12/09/2015. Última versão
recebida em 09/10/2015. Aprovado em 10/10/2015.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

Agências de fomento:

GEPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva)

RESUMO

Ao observar seu próprio patrimônio cultural, em especial na escola, o sujeito se torna consciente da grande heterogeneidade de traços culturais ligados à variedade dos grupos étnicos que coexistem no espaço nacional, que se distribuídos diversamente, conforme as camadas sociais. Infelizmente os traços culturais diferentes não configuram, de modo algum, um conjunto harmonioso de união entre as pessoas. O presente estudo tem o intuito de demonstrar como a heterogeneidade brasileira é um fenômeno presente na vida do homem moderno, e a educação intercultural é necessária para a validação de uma educação para todos, justificando a necessidade de as pessoas conviverem com as diferenças de seus "semelhantes" e diferenças estas, que se emaranham com o conceito de inclusão que, por vezes, ao ser mencionado ou colocado em debate é identificado somente à inclusão da pessoa com deficiência. O estudo é de natureza documental bibliográfico, organizado a partir da revisão de produções clássicas na área dos estudos culturais. Com isso, constatamos que a tríade entre educação intercultural, inclusão e diferença é o caminho para construção de uma escola mais igualitária.

Palavras-Chave: Heterogeneidade Cultural. Inclusão. Educação.

ABSTRACT

The subject to observe their own cultural heritage, especially in school, it becomes aware of the great heterogeneity of cultural traits linked to the variety of ethnic groups coexisting in the national space that is distributed differently according to the social strata. Unfortunately the different cultural traits do not constitute in any way a harmonious union between people. This study aims to demonstrate how Brazilian heterogeneity is a phenomenon present in the life of modern man, and intercultural education is required for validation of education for all, justifying the need for people to live with the differences of their "similar", these differences that are entangled with the concept of inclusion, sometimes to be referred or placed under discussion is identified only the inclusion of people with disabilities. The study is a bibliographical nature documentary, organized from the review of classic productions in the field of cultural studies. Thus, we find that the triad of intercultural education, inclusion and difference is the way to build a more egalitarian school.

Key words: Cultural Heterogeneity. Inclusion. Education.

1 INTRODUÇÃO

A formação histórica do homem está marcada pela opressão do indivíduo mais fraco, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do outro também se dão no plano das representações e no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural coloca-se diante desses sujeitos históricos que foram massacrados, mas que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades fortemente na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas, de subordinação e acentuada exclusão.

A presente pesquisa objetiva demonstrar como a heterogeneidade brasileira ou do sujeito em si, pode influir na vida de cada pessoa no mundo moderno e como a escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Existem grandes possibilidades de esse contato diversificado fazer da escola o primeiro espaço de vivência de tensões raciais. O discurso do opressor, proferido, às vezes, por alunos, administrador ou até mesmo pelos próprios professores pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro desse grupo, de maneira inferior, o início do processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade infantil.

A metodologia adotada é de natureza documental e bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada a partir da análise de textos, revistas, consulta a livros, procurando encontrar uma maneira de sintetizá-los em um estudo que tenha o caráter de objetividade e riqueza de dados, que possam ajudar na compreensão de como heterogeneidade brasileira está sendo percebida e vivenciada no contexto escolar.

O estudo justifica-se pela necessidade de analisar a questão da identidade cultural no Brasil, que vem sendo colocado em debate persistentemente no país. Durante a história, foi sendo abordado sob ângulos diferentes, em ligação íntima com as condições sócio-econômicas nos diversos momentos em que se definia tal identidade. Uma observação mais cuidadosa mostra que há sinônimos entre os conceitos de identidade cultural e identidade nacional.

As questões podem levar ao preconceito, que está ligado em um forte componente emocional e faz com que os sujeitos se distanciem da razão. O afeto que se liga ao preconceito é uma fé irracional, algo vivido como crença, com poucas possibilidades de modificação. O preconceito difere do juízo provisório, já que este último é passível de

reformulação, quando os fatos objetivos demonstram sua incoerência, enquanto os preconceitos permanecem inalterados, mesmo após comprovações contrárias.

A exclusão simbólica, que pode ser manifestada pelo discurso do outro, parece tomar forma a partir da observação do cotidiano escolar. Esta poderá ser uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, na qual estão contidos termos pejorativos, que em geral, desvalorizam a imagem e diferença do outro. Deste modo, a Educação Intercultural deve atuar no âmbito escolar para transformar sujeitos em agentes ativos, como um instrumento mediador entre diversas culturas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reflexos da heterogeneidade cultural brasileira

Sodré (2009) diz que o respeito à diversidade cultural envolve o cuidado com os níveis de vida de professores e alunos e com as expectativas de compreensão do mundo que essas pessoas têm. Portanto, para que efetivamente a escola se realize, é preciso, que ela se abra para o entorno, isso é, preciso uma formação permanente. E que os alunos, pais e familiares participem disso.

De acordo com Menezes (2002) a sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo esta produto de um processo histórico, que inseriu, num mesmo cenário, três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade.

Digamos, a singularidade brasileira é ser um país culturalmente heterogêneo. Quer dizer, a heterogeneidade, a pluralidade cultural, é a marca mesmo distintiva no Brasil, no quadro latino-americano e mundial. E há certa modernidade ou pós-modernidade nesse traço brasileiro, porque, hoje, o que caracteriza, digamos assim, um movimento populacional nas grandes metrópoles do mundo, nos países de primeiro mundo, é a diversidade cultural (SODRÉ, 2009).

Esse contato cultural propagou alguns desencontros. As diferenças se acentuaram, levando à constituição de grupos, de classes, evidentes à distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos. Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade, impostos à marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida

por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas econômica, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam-se alheios ao exercício da cidadania.

Para Candau (2003), a questão multicultural, hoje, preocupa muitas sociedades. O debate é intenso nos Estados Unidos e também na Europa. No entanto, na América Latina e, particularmente, no Brasil, a questão multicultural apresenta uma configuração própria, uma especificidade. Nosso continente é construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante em toda sua história, uma história dolorosa e trágica, principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes.

A conscientização deste episódio, em geral, é motivada por fatos concretos, que explicitam diferentes interesses discriminações e preconceitos presentes no tecido social. Uma situação, até então considerada normal, se revela como permeada por tensões e conflitos, por relações de poder, historicamente construídas e marcadas por desigualdades, estereótipos e preconceitos.

Na visão de algumas pessoas e grupos, esses pressupostos, citados anteriormente, são de grande ameaça, surgindo comportamentos que levantam barreiras físicas, afetivas, e ideológicas que fazem com que se evitem contatos e qualquer tipo de relação com o diferente, provocando o “apartheid” social e cultural, como relata (CANDAU, 2003).

O mesmo autor citado no parágrafo anterior afirma que esses fenômenos formam guetos que se fortalecem principalmente nas grandes metrópoles; nesse sentido, a consciência do multicultural de qualquer sociedade não leva a dinâmica e vivenciamento do intercultural.

Na Sociedade Contemporânea, existem muitos paradigmas, quando são utilizados termos como multiculturalismo, interculturalismo ou transculturalismo, referentes à real diferença entre cada um dos mesmos, e de que modo isto atua na diversidade cultural.

Sodré (2009) destaca que “o multiculturalismo é quase que uma ideologia de administração de territórios, contemporâneos”. Filósofos como Habermas e sociólogos europeus, quando falam de multiculturalismo, estão falando da presença de imigrantes, multidiferenciados, num território de países como França, Alemanha. Digamos os árabes – os árabes de diferentes países –, turcos, africanos... A presença desses, seja em Berlim, seja nos Estados Unidos, seja em Paris, isso está sendo designado como multiculturalismo – são muitas culturas num mesmo espaço.

O interculturalismo diz mais respeito à transferência e à influência recíproca de aproximações simbólicas entre uma cultura e outra. As trocas culturais entre um grupo e outro

são chamadas de interculturalismo, ou de transculturalismo. Sodré acredita nesta diferenciação entre os termos de multiculturalismo e interculturalismo.

Para Candau (2003), a interculturalidade pode converter-se num princípio normativo, no âmbito pessoal e dos processos sociais. No nível individual, supõe promover o diálogo no interior de cada pessoa entre as diversas influências culturais que a configuram e a que está exposta às vezes, em conflito ou não, sempre fáceis de serem harmonizadas.

Com o avanço das sociedades modernas, as velhas identidades, inclusive a do professor, “estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2005, p.7). Isso traz uma crise de identidade. O professor, até então visto como o detentor da verdade, como fonte de informação (muitas vezes a única fonte de informação do aluno), agora divide espaço com a tecnologia, com o mundo da comunicação e informação, e este talvez seja um dos fatores para a crise de identidade da profissão.

Hall (2005) destaca uma a discussão em torno da chamada “crise de identidade” que vem fazendo com que o sujeito, tido como unificado, se apresente deslocado por conta das transformações societárias ocorridas em escala global.

Crise de identidade no sentido de que as sociedades pós-modernas estão descentradas e fragmentadas. Essa descentração dos indivíduos “tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos, constitui uma crise de identidade” (HALL, 2005, p.9).

Rizzo e Suttana (2014) Consideram, que atualmente, a formação do indivíduo, ou seja, sua constituição identitária, de fato, recebe muitas influências externas, como a dos meios de comunicação, tendo portanto força na “construção dos sujeitos”.

O desenvolvimento moderno tentou distribuir os objetos e os signos em lugares específicos: as mercadorias de uso atual nas lojas, os objetos do passado em museus de história, os que pretendem valer por seu sentido estético em museus de arte. Ao mesmo tempo, as mensagens emitidas pelas mercadorias, pelas obras históricas e artísticas, e que indicam como usá-las, circulam pelas escolas e pelos meios massivos de comunicação (CANCLINI, 1997).

Como se estabeleceu há tempos nos estudos sobre efeitos da televisão, esses novos recursos tecnológicos não são neutros, nem tampouco onipotentes. Sua simples inovação formal implica mudanças culturais, mas o significado final depende dos usos que lhes atribuem diversos agentes.

Canclini (1997) fala que a coexistência desses usos contraditórios revela que as interações das tecnologias com a cultura anterior torna-as partes, de um processo muito maior do que aquele que elas desencadearam ou manejam. Uma dessas transformações de longa

data, que a intervenção tecnológica torna mais patente, é a reorganização dos vínculos entre grupos e sistemas simbólicos; os descolecionamentos e as hibridações já não permitem vinculares rigidamente as classes sociais com os estratos culturais.

Nas ideias de Canclini (1997) pode-se dizer que o conceito de hibridação se torna relevante quanto às pesquisas que abrangem contatos interculturais, sendo que estes costumam receber nomes diferentes, e essa mistura étnica, que se domina por mestiçagem, o sincretismo de crenças, valores entre outras formas de misturas originam a imagem da hibridação e sua família de conceitos. De acordo com o antropólogo, a atração de considerar o hibridismo é tratá-lo como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os outros termos empregados para designar misturas particulares de cada grupo

Hall (2005) destaca efeitos descentralizadores do mundo moderno, para realçar como a globalização se caracteriza por sua transversalidade nas fronteiras nacionais, tornando o mundo mais unificado. Assim, suas conseqüências sobre as identidades culturais são a da homogeneização cultural pós-moderna, manifestações de resistência à globalização por identidades nacionais e locais e decadência das identidades nacionais, possibilitando o advento das novas identidades.

Estabelecer relações entre as estratégias globalizadoras e de hibridização e as experiências variadas de interculturalidade tornam visíveis que, por mais que se forme um mercado mundial de finanças, de alguns bens e algumas redes mediáticas, por mais que avance o inglês como “língua universal”, subsiste as diferenças, e a tradutibilidade entre as culturas é limitada, não é impossível. Superando as narrativas fáceis da homogeneização absoluta e da resistência do local, a globalização nos confronta com a possibilidade de apreender fragmentos, nunca a totalidade, de outras culturas e reelaborar o que vínhamos imaginando como próprio em interações e acordos com outros, nunca com todos os sujeitos (CANCLINI, 1997)

As sociedades Modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre sociedades tradicionais e as modernas (HALL, 2005).

De acordo com Candau (2003), obviamente surgem problemas, ao se tentar processar as múltiplas influências, mas, ao fazê-lo de modo mais consciente, talvez se facilite um processo que, de toda maneira, se inicia no interior da pessoa sem que ela tome plena consciência dele. Este diálogo consciente pode dar-se de muitas formas, e não se sabe bem como se produz. No entanto, pode-se perceber visivelmente que pessoas submetidas a

influências culturais diversas, freqüentemente processam estas influências de modos similares.

3 METODOLOGIA

3.1 Os desafios da Educação Intercultural

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade (CANDAUI, 2003).

Na sociedade brasileira a reflexão sobre esta temática vai adentrando, lentamente, a vida acadêmica. Nas diferentes práticas educativas ainda está muito pouco presente. Está temática se aprofunda a identificar propostas educativas concretas, que tenham uma referência explícita a questões que podem ser situadas no âmbito das preocupações interculturais não tem sido fácil.

Para Moreira (2000) em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir identidade. A identidade é simplesmente aquilo que se é: sou brasileiro, sou negro, sou heterossexual, sou jovem, sou homem. A identidade, assim concebida, parece ser uma positividade daquilo que sou, uma característica independente, um fato autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autosuficiente.

O pensamento primordial é que a educação deve ser vista como uma prática social em íntima relação com os diferentes dinâmicos presentes numa sociedade concreta. A educação intercultural é sempre histórica e socialmente situada.

Moreira (2000) diz que entre as consequências imediatamente visíveis da globalização podem-se mencionar: o aumento das desigualdades econômicas entre os países e no interior de cada um deles, o desemprego crescente, o desaparecimento de universos autônomos de produção cultural pela imposição de valores comerciais.

Entretanto, no entendimento de Silva (2000) a afirmação sou brasileiro, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação sou brasileiro lê-se, não sou argentino, não sou chinês, não sou japonês e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. Admita-se que ficaria muito complicado pronunciar todas essas frases negativas cada vez que quisesse fazer

uma declaração sobre identidade. A gramática permite a simplificação de simplesmente dizer sou brasileiro; como ocorre em outros casos, a gramática ajuda, mas também esconde.

Da mesma forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade, ao dizer que ela é chinesa, significa dizer que ela não é argentina, ela não é japonesa etc, incluindo a afirmação de que ela não é brasileira, isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre outras identidades (SILVA, 2000).

Conceituar a linguagem como uma indeterminação fatal que decorre de uma característica fundamental do signo, é uma afirmação de Derrida apud Silva (2000) e continua exemplificando que o signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, o objeto gato, um conceito ligado a um objeto concreto ao conceito de gato, ou um conceito abstrato amor. O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Na linguagem filosófica de Derrida, poderíamos dizer que o signo não é uma presença, ou seja, a coisa ou o conceito não estão presentes no signo.

Segundo as ideias de Candau (2003), existem alguns desafios fundamentais que temos de enfrentar, se quisermos promover uma educação intercultural, pois devemos nos infiltrar no mundo de discriminações e preconceitos que ainda são muito atuantes na sociedade brasileira. Tal realidade apresenta-se, por vezes, sutil e presente nas relações sociais.

Também deve haver questionamentos referentes ao caráter monocultural e o etnocentrismo, que se camuflam e se fazem presentes na escola e penetram os currículos escolares pelas políticas educativas; assim se origina o interrogante dos critérios que se utilizam para a justificação dos conteúdos escolares (CADAU, 2003).

Deste modo Candau (2003) finaliza sua fala, fazendo uma articulação entre igualdade e diferença, um articular no patamar das políticas educativas, como também das práticas pedagógicas, para reconhecer à diversidade cultural e o direito a educação de todos.

Deste modo o ambiente escolar se torna um reflexo da sociedade ou a sociedade um reflexo do ambiente escolar? Esta questão nos instiga a refletir a possibilidade de a escola ser uma das primeiras oportunidades do indivíduo manter suas primeiras relações sociais com outros sujeitos, sendo que esse contexto é repleto de diferenças, não somente diferenças étnicas, que podem ocultar as formas mais brutais de discriminação, mas também pessoas que possuem crenças, gêneros, maneiras de se expressar, de se vestir, de se comunicar, enfim, diferenças que podem camuflar alguns estereótipos que se floram através de preconceitos dentro da escola.

Acredita-se que uma Educação Intercultural poderia, ao menos, minimizar esses efeitos, estereótipos, rótulos originados nesse contexto, promovendo o respeito mútuo, não somente entre culturas, mas entre pessoas.

Mas, efetivamente, o que é uma educação intercultural? Para entendermos o que ela é, devemos praticá-la, de modo a reconhecê-la e entender que, para vivenciá-la devemos nos despir de características desiguais, racistas, que podem camuflar maneiras discriminatórias de agir, no contexto escolar, na educação em geral, na sociedade, enfim, no interior de cada um de nós.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Educação e inclusão: A Educação no contexto escolar é Inclusiva? Eis a questão

Dentro do contexto escolar a educação inclusiva pode atuar e contribuir para o vivenciar de relações e interações humanas, e vivências no decorrer das aulas, onde os alunos podem perceber as individualidades de cada um, e aprender a respeitar as suas diferenças.

Alonso e Aguilera (2012) afirmam que os profissionais comprometidos com uma educação inclusiva necessitam de mudanças práticas cotidianamente, no intuito de orientar os esforços de ensino para com as necessidades e desejos dos estudantes que carecem de adaptações ou redirecionamentos no processo de ensino e aprendizagem.

Bueno (2010) observa que, com grande parte dos personagens da Educação Especial, a Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais foi substituída pelo modelo da integração, que ficou marcado na Declaração de Salamanca; o termo integração foi considerado por muitos ultrapassado e conservador.

É interessante destacar que, com estas formulações de novos termos para satisfazer a necessidade de se encontrar uma distinção, que se aproxime o máximo possível de uma terminologia coesa, justa, livre de estereótipos, se depara em ambiguidades, percebe-se uma estabilização entre dois conceitos: inclusão escolar, que foi utilizado antes da educação inclusiva, porém, atualmente, a “educação inclusiva” vem sendo mais utilizado para referenciá-los comumente.

“Uma das coisas que mais me intriga no Brasil de hoje é o uso epidêmico da palavra “inclusão”. Ela está na mídia, no discurso de políticos, em documentos de Ministérios, de Secretarias estaduais e municipais”. Esta citação de Patto (2010, p.25), evidencia que os usos referentes à inclusão a floram especialmente no momento cruel da história do capitalismo.

Para que a educação inclusiva incida de maneira natural e promissora, rótulos devem ser superados, pois a inclusão vai além dos limites da escola, “não vou me voltar á contestação desta perspectiva por considerar que não conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, numa sociedade excludente” (BUENO, 2010, p.55). O autor não considera tal contestação plausível e sustentável, no entanto, acredita que outras pessoas já fizeram isto competentemente.

Será possível afirmar que, um dia, a sociedade não será mais excludente? A mesma sociedade que possui métodos de avaliação seletiva para entrada em universidades, métodos estes, que muitos críticos acreditam ser uma das maneiras mais bizarras de exclusão logo no início da vida de um jovem, que possivelmente enfrentará dificuldades para conseguir seu primeiro emprego, por falta de experiência, ou seja, mais uma etapa da vida deste indivíduo deparando-se com formas de exclusão, levando em consideração as que o mesmo, possivelmente, já tenha superado que foi enfrentada durante sua infância na escola, que atualmente tem um papel fundamental na inclusão, Bueno (2010, p.43) ainda diz que é uma nova missão da escola, a inclusão escolar é, hoje, o tema mais candente das políticas educacionais em todo o mundo. Isso fica evidente quando constatamos sua incidência nas grandes propostas políticas nacionais e internacionais, no discurso dos políticos de todos os matizes ideológicos, nas nações concretas dos governantes e de muitas escolas (ou de todas mesmo que obrigadas), nas produções científicas, acadêmicas e de cunho técnico-profissional.

“A exclusão de um enorme contingente da população economicamente ativa do trabalho formal produz um excedente de oferta de mão de obra que degrada salários e muda até mesmo os critérios de seleção de pessoal” (PATTO, 2010, p.25)

Aparentemente, o indivíduo como cidadão, deve se consolidar e estar preparado, desde o início de sua existência, para as diferentes maneiras que a sociedade o espera com diferentes formatos de exclusão, Bourdieu (1998, p.148) trás um relato das frações de classes que se asseguram principalmente dentro do contexto escolar:

A entrada de frações, até aí fracas utilizadores da escola, na corrida e na concorrência pelo título escolar tem tido como efeito obrigar as frações de classe, cuja reprodução era assegurada principal e exclusivamente pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura de classes, neste caso, o diploma, e o sistema escolar que o confere, tornam-se assim um dos objetos privilegiados de uma concorrência entre classes [...]

Dallabrida (2010) faz um comentário muito importante, ressaltando que algumas instituições escolhem os indivíduos que vão frequentá-la, selecionando também a forma e o conteúdo escolar.

De acordo com Coll *et al.* (1997, p.134), “... na escola, além das tarefas meramente educacionais, fazem-se amizades, aprende-se o funcionamento do poder, conhece-se o que significa a competência, pratica-se esporte, desenvolvem-se habilidades manuais; em resumo, aprende-se em viver em comunidade.”

Segundo Coll *et al.* (1997, p.134), “para a criança, a escola representa a entrada num espaço público no qual ela será avaliada não somente pelos professores, mas também pelos seus próprios colegas...”

Daí a necessidade da união com outros grupos, sendo que esses podem corroborar para a construção de sua identidade, porém, esse processo de construção pode ser muitas vezes de maneira oprimida ou opressiva, dependendo da forma como se conduz o respeito às diferenças naquele grupo que o aluno se incluiu.

Muitos rótulos e estereótipos foram criados dentro do contexto da inclusão. Como se vê contemporaneamente, a partir do momento em que se fala de inclusão no contexto escolar, as pessoas automaticamente relacionam a pessoa com deficiência, e o professor não pode se restringir apenas na inclusão do aluno com deficiência, mas também perceber que todos seus alunos ficam expostos a uma diversidade de propostas nas atividades no cotidiano da escola em todas as disciplinas.

Nesse sentido, o professor deve ter tato para lidar com situações desta natureza, e ter ainda mais atenção com aqueles alunos que apresentam mais dificuldades em realizar as atividades propostas na aula, incluindo-o, assim, em todos os sentidos. Seja nas atividades de grupo ou nas elaboradas individualmente, deve ser levado, em consideração a pluralidade dentro de uma sala de aula.

O professor deve estimular frequentemente seus alunos, principalmente os que apresentam algum tipo de “limitação ou dificuldade”, pois, se os mesmos forem ignorados, sua formação poderá ser comprometida. Cada aluno tem suas particularidades, individualidades e diferenças; é competência do professorado respeitar e desenvolver o aspecto crítico e apresentar valores para cada aluno, para que o mesmo transforme-se em um cidadão crítico, não somente aquele cidadão valorizado pelo seu voto, mas o que busca a emancipação humana plena.

“Na escola, cabe ao professor o papel de intervir tanto em situações em que as crianças não quiserem participar quanto nas situações em que participam, no sentido de integrá-las ao grupo, discutindo, se necessário, a postura deste último” (COLL *et al.*, 1997).

A inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que os alunos possam relacionar-se com outros e estabelecer trocas para que ambos possam crescer. Impõe-se, e pode fazer a diferença, à exposição de exemplos, que as façam superar dificuldades e despertar potencialidades.

Assim, considera-se que, atualmente a sociedade se depara com um grande ideal de educação; no entanto, os princípios da inclusão na educação devem ir muito além de inserir crianças com deficiência no contexto escolar ou adaptar, para eles o ambiente físico, a metodologia da aula, e as atividades, mas se posicionar com perspectivas que valorizam a diversidade humana e que se comprometem com o verdadeiro sentido da inclusão na sociedade contemporânea com o diferente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as diferenças se acentuaram no Brasil, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidentes a distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos. Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade, situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas – econômica, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam-se alheios ao exercício da cidadania.

O Brasil é um país racista e discriminatório, e a mídia segue esses padrões e estes estereótipos; mas, com a pressão de movimentos civis, esses padrões são tratados cuidadosamente, seja com os negros, índios, homossexuais. O fato de algumas leis terem sido votadas, como diz Muniz Sodré a Lei de Caó, a lei anti-racismo, até hoje, não garantiu a prisão de ninguém, mas serve como instrumento de luta.

Deste modo, dá-se a entender que o Brasil ainda é influenciado, de certo modo, por algumas resistências relativas a diferença, seja ela cultural, de gênero, etc. Entretanto, com a situação da Inclusão na escola, baseando-se no que foi colocado, o professor tem possibilidades de conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha. São inúmeros os fatores que influem na aprendizagem de alunos com deficiência ou não, entre elas as características das tarefas, o aluno que aprende com mais facilidade, aprendizagem prévia, o contexto da aprendizagem, o tipo de informação, enfim, o

professor tem um leque de opções. Deste modo, é difícil estabelecer um método ideal ou perfeito, que se aplique no processo de inclusão, pois o professor pode convencionar inúmeros procedimentos para romper barreiras e realizar a promoção da aprendizagem dos seus alunos, de maneira “Inclusiva”.

A educação no contexto escolar é inclusiva? Deste modo, questionamos, essa pergunta foi respondida? No caso de negação a esta indagação, que fique claro que esta pesquisa não tem o intuito de deixar nenhuma conclusão, mas sim, buscar entendimento de uma dentre muitas outras apreensões.

Enfim, acreditamos que professores e outros profissionais envolvidos com o âmbito educacional também devem trabalhar em comunhão a tríade: Educação Intercultural, diferença e inclusão, pois as diferenças culturais, sejam de etnia, de gênero, orientação sexual, modos de se vestir, religiosas, entre outras, se manifestam em todos os ritos, mitos, saberes, crenças e outros modos de expressão.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. J. V; AGUILELLA, A. R. La inclusión educativa en España desde la perspectiva de alumnos con discapacidad intelectual, de familias y de profesionales. **Revista de Educación**, 358, p. 450-470, Mayo-agosto 2012.

BUENO, J. G. S.; MENDES, G.M.L; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e Escolarização: Novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; CAPES, 2010.

BUENO, J. G. S. As Políticas de Inclusão Escolar: Uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; CAPES, 2010.

COLL, C.; POZO, C.; SARABIA, C. As Atitudes: Conceituação e sua inclusão nos novos currículos. In: COLL, C.; POZO, C.; SARABIA, C. (Eds.). **Os conteúdos na reforma** (pp. 121-169). S.L.: Artmed, 1997.

DALABRIDA, A. M. Escolarização e Deficiência: A escolha da escola. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira; Marin; CAPES, 2010.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDAU, V. **Educação intercultural no contexto escolar brasileiro**. PUC-Rio/Novamerica 2003.

HALL, S. **A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p.

MENEZES, W. **O Preconceito Racial E Suas Repercussões Na Instituição Escola**. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>. Acesso em: 17/12/2010.

MOREIRA, A. A Recente Produção Científica Sobre Currículo E Multiculturalismo No Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.18, p.65-81, set./dez. 2001.

PATTO, M. H. Políticas Atuais De Inclusão Escolar: Reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G. S; MENDES, G. M. L; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; CAPES, 2010.

RIZZO, D. T. S; SUTTANA, R. N .S. O Corpo No Contexto Escolar: Sinais De Identidade Cultural. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 1, art. 11, p. 200-219, jan./mar. 2014

SILVA, T. T. S. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, M. **O Respeito A Diversidade Cultural**. Fonte: TVE Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.meionorte.com/edilsonnascimento/multiculturalismo-um-desafio-para-a-educacao-88918.html>. Acesso em: 18/12/2010.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

RIZZO, D. T. S.; SOUZA, W. C.; RIZZO, J. G. S. Inclusão E Diferença Na Escola: Por Uma Educação Intercultural. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 6, art. 6, p. 88-102, nov./dez. 2015.

Contribuição dos Autores	D. T. S. Rizzo	W. C. Souza	J. G. S. Rizzo
1) concepção e planejamento.	X		X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X		X